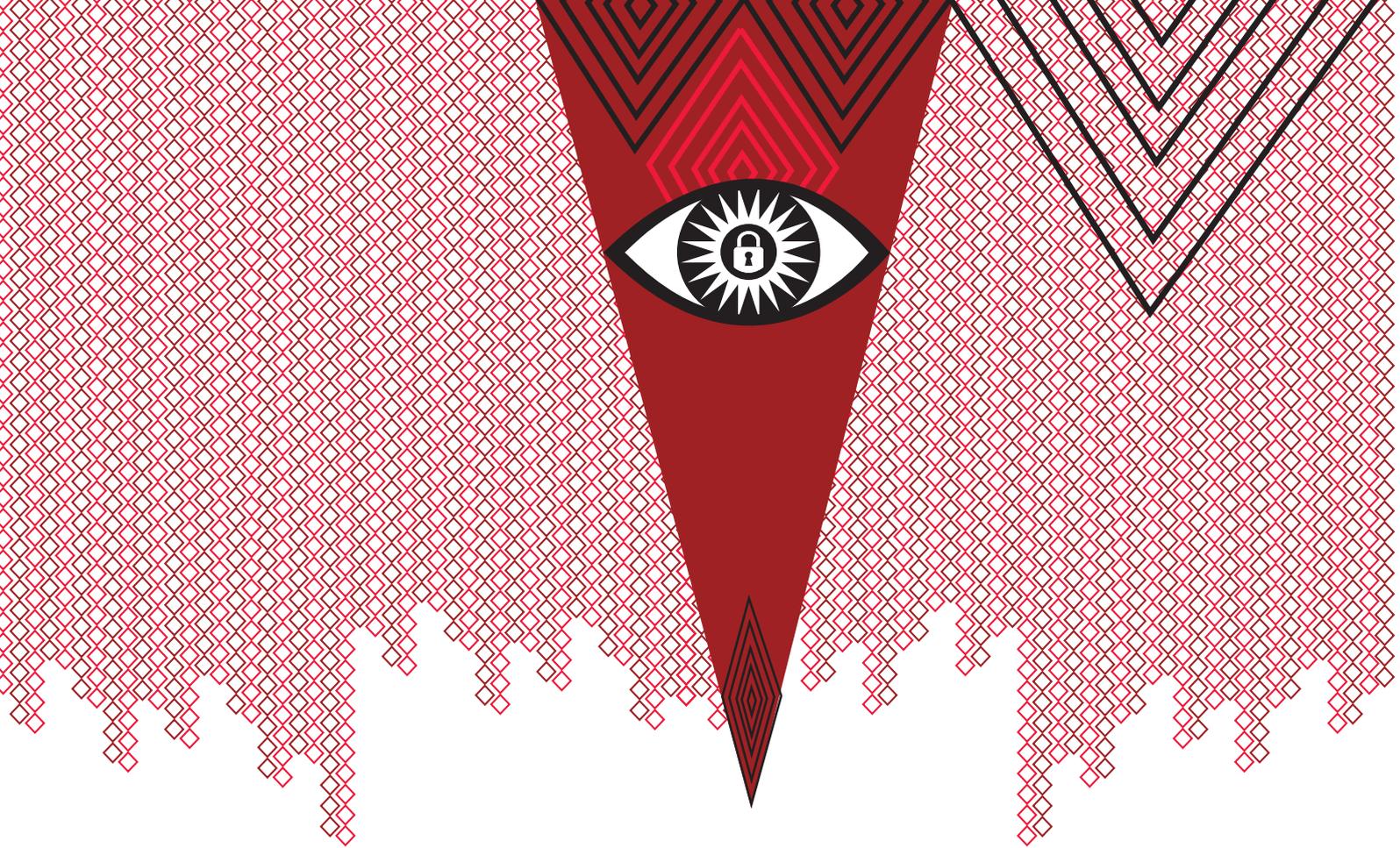


Ilustração: Cassiana Paula Cominato



Histórias não contadas na escola

Antonia Terra de Calazans Fernandes
Departamento de História - FFLCH - USP



“(...) não somos tocados por um sopro de ar que foi respirado antes? Não existem, nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada geração, foi-nos concedido uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado IMPUNIMENTE. O materialismo histórico sabe disso.”

Walter Benjamin. *Sobre o conceito de história*¹.

Será que atualmente vivemos um contexto que nos convoca a incluir estudos históricos mais aprofundados e críticos na escola? Será que um dos motivos de estudar história na escola tem sido contribuir para as novas gerações questionarem, refletirem

e atuarem mais conscientemente nas vivências do mundo contemporâneo?

Existem muitos modos de analisar nossos problemas históricos atuais. Podemos partir da perspectiva hegemônica e denunciar abusos de poder, opressões, discriminações, exploração e mecanismos intimidadores e repressivos. Nessa perspectiva, o princípio é desmascarar as ações e ideias que fundam a dominação, por meios implícitos ou explícitos, atingindo povos, classes sociais, gêneros ou presentes nas relações econômicas e de modo dissipado nas vivências cotidianas.

Na perspectiva de desvelar situações opressivas, podemos considerar que a história vivenciada hoje mantém fortes laços com as ideias e acontecimentos de outras

¹ BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. Obras escolhidas, vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222 – 232.

épocas. A luta dos povos indígenas atuais, por exemplo, indica que muitas das histórias coloniais ainda interferem no modo como ainda é negado o reconhecimento de que são os donos naturais das terras e como são pouco atendidos em suas lutas e reivindicações por seus direitos ancestrais.

Vale relembra o fato de que no início da colonização, os portugueses enviaram seus administradores para explorar as riquezas nas terras brasileiras. Um desses administradores foi o governador geral Mem de Sá (1500 - 1572), que tinha a missão de pacificar os grupos indígenas da Bahia, para serem utilizados como mão de obra nas produções agrícolas. Por suas ações, Mem de Sá foi consagrado, pela historiografia e nos livros didáticos dos séculos XIX e início do XX, como herói da história brasileira e ganhou espaço como homem notável. Mas, recorrendo aos documentos, podemos em outra perspectiva analisar o relato que ele próprio enviou à coroa portuguesa, descrevendo suas ações. No seu relato, Mem de Sá conta como a repressão, a guerra e o desrespeito à vida dos indígenas, foram desencadeados por suas ações.

(...) veio recado ao governador como o gentio Tupiniquim da capitania de Ilhéus se alevantava e tinha morto muitos cristãos e destruído e queimado os engenhos (...) fui com pouca gente que me seguiu e, na noite que entrei em Ilhéus, fui a pé dar numa aldeia que estava a sete léguas da vila, (...) e, antes da manhã duas horas, dei na aldeia e a destruí e matei todos os que quiseram resistir e na vinda vim queimando destruindo todas as aldeias que ficaram atrás e porque o gentio se ajuntou e me veio seguindo ao longo da praia, lhes fiz algumas ciladas onde o cerquei e lhes foi forçado deitarem-se a nado no mar de costa brava. Mandei outros índios atrás deles e gente solta que o seguiram perto de duas léguas e lá no mar, pelejaram de maneira que nenhum tupiniquim ficou vivo, e todos os trouxeram a terra e os puseram ao longo

da praia por ordem que tomavam os corpos perto de uma légua, fiz muitas outras saídas em que destruí muitas aldeias fortes pelejei com eles outras tantas vezes em que foram mortos e feridos e já não ousavam estar, senão pelos montes, onde matavam cães e galos e constringidos da necessidade, vieram pedir misericórdia e lhes dei pazes com condição de que haviam de ser vassallos de sua alteza, pagar tributo e tornar a fazer os engenhos. Tudo aceitaram e fizeram e ficou a terra pacífica em espaço de trinta dias (...).

Instrumentos dos Serviços de Mem de Sá
– autor: Mem de Sá, 1570 – Annaes da Biblioteca Nacional, Vol. XX-VII - 1905, Rio de Janeiro, 1906, 131 - 135.

O documento oficial explicita a destruição das aldeias indígenas, incluindo a matança de homens, mulheres e crianças. A perseguição e a guerra exterminaram milhares de tupiniquins, afogados nas praias da Bahia. Por seus atos, Mem de Sá foi um herói? Em qual versão histórica exalta seu heroísmo? Como será que os povos indígenas transmitiram para suas gerações as ações desse administrador português?

Criar imagens dos administradores portugueses como heróis significa valorizar histórias de guerras, com exaltação de façanhas dos vencedores, em contexto de conflito. Mas, quais são as intenções e as consequências de predominar essas abordagens no ensino? Com essas histórias, quem se pretende formar? Quais os valores estão sendo ensinados?

A seleção de temas históricos para serem ensinados na escola depende de cada contexto histórico no qual vivemos e das finalidades educativas. A questão é considerar, diante da realidade contemporânea, quais histórias podem contribuir para formar as novas gerações. E, nesse caso, podemos escolher diferentes abordagens que atendam às questões atuais. Podemos, então, acrescentar: quais histórias não têm sido contadas? Há a possibilidade de es-

tudar história de modo invertido, na contramão do olhar dominante, da posição de não poder, de ações roubadas pelo peso da arbitrariedade? Como fazer para inverter, disputar a palavra, a razão, abrir espaços para a voz de grupos silenciados?

A história dos povos indígenas no Brasil precisa de espaços para ser contada. E têm sido importantes as ações dos inúmeros povos no compromisso de fazer uso dos diferentes meios de comunicação para relatar as histórias que não tem chegado às salas de aula. No vídeo *Guerra sem fim – Resistência e luta do povo Krenac* (2016)², por exemplo, Douglas Krenac conta como o *Serviço de Proteção ao Índio – SPI*, agia para deslocar os indígenas de seus territórios, quando estavam no caminho dos planos econômicos dos governos. Nesse caso, faz referência ao deslocamento forçado dos Krenac, na primeira década do século XX, para que a ferrovia Vitória-Minas pudesse ser construída.

(...) Foi por volta de 1910, que o SPI veio contactar nosso povo para liberar a estrada de ferro Vitória-Minas. E isso foram por muitos anos esse embate. E aí o SPI fez várias manobras. Essa questão de colocar o índio em aldeia, isso aí foi uma manobra militar, antiga isso. Hoje, a aldeia é vista para muitas pessoas como um lugar onde os índios ficam. Mas, a aldeia é na verdade uma represaria criada pelo não indígena. Para nós, para o índio não tem cerca. Mas, hoje existe até por causa de uma questão histórica. Nosso povo era dividido em subgrupos, eram vários grupos nas margens do rio Doce. Então, para atrair esse pessoal para um local só era muito complicado. Tinha que ter alguém falando a língua fluente e ter alguém de confiança do governo para fazer que esse povo viesse para um lugar só, para liberar o acesso da estrada do ferro.

Mas, o que dificultava para o governo é que nosso povo, apesar de falar a mesma língua, nosso povo tinha costumes diferentes, tinha índio que gostava de ficar na margem do rio, tinha gente que gostava de ficar mais retirado um pouquinho para caçar, comer caratinga, que é uma batata que hoje já não tem mais, e isso foi difícil para o pessoal do SPI. Então, como as coisas foram se tornando difíceis e a estrada tinha que ser construída, as questões começaram a ser mais baseadas na força, e na questão do extermínio mesmo, massacre, porque o povo resistia.

Douglas Krenac. *Guerra sem fim – Resistência e luta do povo Krenac* (vídeo), 2016.³

Para entender algumas questões históricas citadas por Douglas Krenac, há a possibilidade de estudar as políticas coloniais de agrupamento dos indígenas em aldeamentos (citados na fala como “aldeias”), gerenciados pelos padres jesuítas desde o século XVI, que perduraram oficialmente até 1755, quando o Marques de Pombal expulsou os religiosos. E, mesmo tendo sido os aldeamentos transformados em vilas ou diretórios, muitos permaneceram nesse formato até o século XX.

A história dos Krenac pode ser estudada na escola, assim como de muitos outros povos indígenas, tanto para destacar a diversidade cultural brasileira, para problematizar os contatos interculturais, como também demarcar os contextos mais macros da expansão territorial, promovida pelas políticas econômicas dos governantes, que desencadearam conflitos e ações agressivas de expulsão territorial das populações nativas.

A análise histórica pode contribuir, assim, para evidenciar as causas profundas, enraizadas, naturalizadas, que solidificaram as muralhas que impedem visualizar as estruturas opressivas. É possível

2 Documentário produzido pela Unnova Produções em parceria com o Ministério Público Federal (MPF - 6CCR; PR-MG; PRR 3ª Região) com apoio da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e da ANDHEP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DfkGVfkJpAM>.

3 Idem.

desconstruir, desmontar alicerces para transparecer os meios, as ações, os poderes trançados no cotidiano.

Muitas vezes, unicamente as narrativas didáticas assumem as responsabilidades por formar os estudantes. Todavia, escolher documentos que deem oportunidade para diferentes vozes silenciadas, contribui para ampliar a compreensão das relações de poder estabelecidas em determinados contextos. Na história da Primeira República, por exemplo, houve um acontecimento que o jornal *O País*, do Rio de Janeiro, pediu para ser esquecido.

Sobre o levante da marinhagem, felizmente acabado, parece que o melhor é nada mais dizer. O país só tem a lucrar com o silêncio geral sobre esse fato. Na vida dos povos, como na dos indivíduos, há lembranças que se desejaria apagar de todo, pela tristeza, pelo vexame, pela aflição que despertam. Para o Brasil, a revolta dos marujos é uma delas. Não se pense mais nessa vergonha ou nesse infortúnio.

O País, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1910.

Para a elite da época, o desejo de igualar o país aos padrões civilizados solicitava o esquecimento da revolta, que colocou a capital ameaçada pelos canhões dos navios dominados pelos marinheiros, insatisfeitos por longos anos de maus tratos, e depois de muitas tentativas pacíficas para pôr fim aos castigos. A vergonha incluía a insensibilidade da marinha em ouvir sua tripulação e por ter o governo capitulado em situação de guerra - se rendido aos revoltosos. E, junto com o acontecido, se impôs o silêncio histórico das dificuldades dos marinheiros e o esquecimento dos líderes negros, presos e condenados. A Revolta da Chibata foi duramente reprimida pelo governo. A causa era justa: os marinheiros reivindicavam melhores condições de trabalho e o fim dos castigos físicos. No bilhete encaminhado com suas demandas, escreveram: “Não queremos fazer mal a ninguém. Pedimos apenas aumento de soldo sem chibata”.

O que desencadeou o estopim do movimento foi mais um violento castigo - 250 chibatadas a um marinheiro do Encouraçado Minas Gerais. Em carta enviada aos jornais do Rio de Janeiro, um marinheiro escreveu:



Ilustrado sr. Redator do Correio da Manhã – É doloroso o fato que ora se passa na nossa marinha de guerra, mas, sr. Redator, quem os culpados? Justamente os superiores da referida Armada, esses que deviam encarar os seus subordinados como homens servidores da pátria; pelo contrário, eles são tratados como desprezíveis e sujeitos à simples falta, aos castigos mais rigorosos possíveis. Têm hoje como símbolo do martírio desses infelizes a palmatória, as algemas e o chicote, e tudo isto, ilustre sr. Redator, na marinha, que conforma os planos do sr. Ex-ministro dizia civilizar-se. A escravidão terminou-se a 13 de maio de 1888, com a áurea lei da liberdade, e os oficiais da nossa marinha de guerra, conquanto as leis militares tivessem abolido estes castigos, não ligaram importância às leis militares e à disciplina, castigando os seus subordinados com o ódio com que os senhores castigavam os maus escravos. Sr. Redator, é doloroso, sim, ver-se a nossa marinha de hoje passar fome e todas as provações, pelo descaso dos comandantes de navios da Armada. Com um pessoal resumido e sofredor, eles querem o serviço feito a tempo e hora, sem encarar o cansaço, isto quando em viagens longas, como se deu nestas vindas das nossas unidades da Europa para aqui. Os nossos pobres marinheiros e foguistas vieram como verdadeiros escravos, passando fome e sendo constantemente castigados com os ferros, a chibata e o bolo. (...) O verdadeiro navio negreiro. (...) Abaixo a chibata, as algemas e a palmatória. – Um marinheiro.

Uma Carta. Correio da manhã, 26 de novembro de 1910.

O líder da Revolta da Chibata foi João Cândido, mais conhecido com *Almirante Negro*. Foi preso e sobreviveu à tentativa de assassinato na Ilha das Cobras em 1910, no Rio de Janeiro. Em 1911, foi internado no Hospital Nacional de Alienados, sob alegação de loucura. Ficou preso por quase dois anos e, depois de muita resistência, foi absolvido pelo Conselho de Guerra e solto.

Outros silêncios da história estão relacionados às histórias das mulheres. Poucas são as suas histórias nos estudos escolares. Mas, a luta das mulheres é muito antiga. Nem mesmo as professoras contam suas histórias e de suas ancestrais quando assumem a palavra na sala de aula – silenciam ou são silenciadas pelos conteúdos legitimados pelos currículos oficiais.

Uma das lutas femininas conhecidas foi canalizada para a possibilidade de participar da vida política do país. E, desde a metade do século XIX, as brasileiras lutaram para isso. Manifestaram suas reivindicações por meio da batalha pelo direito ao voto. Mas, até a década de 1930, não puderam ir às urnas.

Um homem analfabeto não pode votar. A mulher, em escolas públicas, oficiais, dá-lhe a instrução precisa e ele adquire imediatamente o direito de voto. No entanto, a professora, muito mais instruída que ele, continua a ser tida como incapaz. É um absurdo.

Absurdo maior ainda é admitir a mulher-advogado e não lhe reconhecer competência para votar! O seu criado, que mal sabe lê e escrever, o réu que ela defende - podem votar. Ela, não!

Entre nós, a questão do sufrágio feminino parece antes uma questão de gracejo.

Não é que os gracejos sejam novos e variados. Sempre que se trata deste assunto voltam as mesmas pilherias e ha quem se julgue infinitamente espiritualizado, só porque as repete...

Nos outros países, a legislação vai progredindo. Agora mesmo os Estados Unidos acabam de eleger a primeira deputada e de confiar-lhe postos de alta responsabilidade em duas das mais importantes comissões da Câmara. (...)

Revista Feminina. O voto feminino. N. 39, São Paulo, 1917. (Esse documento faz parte do Kit Didático - Vozes Femininas: Mulheres falando para mulheres de sua época – Disponível em: <http://lemad.ffch.usp.br/kits-didaticos>)

Junto com a negação do direito político daquele contexto, estavam as concepções projetadas para o mundo feminino, que se estendeu por muito mais tempo. Em 1976, a *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*, organizada para examinar a situação da mulher brasileira, convidou muitas estudiosas para que explicitassem “a posição de inferioridade atribuída à mulher em todos os setores da atividade humana, não somente no comportamento e no relacionamento das pessoas”, mas também “através das convenções ou instituições mais duradouras (família, por exemplo), como no próprio ordenamento jurídico da sociedade”.

Naquele contexto, na fala da pesquisadora da Fundação Carlos Chagas, Carmen Lucia de Melo Barroso, a atuação das mulheres brasileiras era pouco visível, sendo ela responsável por jornada dupla de trabalho, recebendo baixos salários, acumulando atividade remunerada e responsável sozinha pelas tarefas domésticas.

Não se pode afirmar que a mulher brasileira tenha estado ausente na tarefa de construção da riqueza do país. É verdade que sua atuação tem sido pouco visível: se examinarmos os livros de história ou os jornais que registram a história contemporânea, verificaremos que sua contribuição é praticamente ignorada. E, no entanto, tem sido de sua exclusiva responsabilidade a execução de funções imprescindíveis à manutenção do trabalhador e sua prole. Que aconteceria se ela se recusasse a cumprir a sua jornada de trabalho como dona de casa e mãe de família? (...)



(...) mais assustadores são os dados que se escondem atrás daqueles números, mostrando que, quando sai de casa para exercer uma atividade remunerada, a mulher encontra ocupações menos gratificantes, menores oportunidades de realização profissional, salários mais baixos, menos prestígio e condições de trabalho piores que as do homem. (Além disso, é importante acentuar que quase toda mulher que trabalha fora de casa, em nosso País, continua arcando sozinha com toda a responsabilidade das tarefas domésticas, o que caracteriza uma dupla jornada de trabalho.)

Carmen Lucia de Melo Barroso. *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI da Mulher*. Brasília: Senado Federal, 1978, p. 23.

Por sua vez, a apresentação feita pela professora Fúlvia Maria de Barros Mott Rosember ressaltava a atuação dos meios de comunicação difundindo, por meio de imagens e sons, modelos sociais e de comportamento, que interferem na aprendizagem de papéis sociais e sexuais, com características estereotipadas e discriminatórias, como, por um lado, a mulher sedutora e, por outro, a dona de casa.

(...) Nas sociedades atuais, os meios de comunicação tornaram-se poderosos agentes educacionais, canalizando e ordenando a informação, impingindo modas e modismos, esculpindo gostos e interesses de inúmeras pessoas. (...)

Este bombardeio e esta concentração de imagens não teriam tanta importância se ao lado da informação e do divertimento os meios de comunicação não fossem poderosos professores, não fossem agentes do processo de socialização, não transmitissem modelos de comportamentos e de sentimentos a serem imitados. Mas é exatamente o contrário que vêm afirmando os psicólogos sociais: a aprendizagem de papéis sociais, isto é, a maneira de comportar-se e de sentir-se enquanto membro de uma sociedade, ocorre não apenas por meio da ação de reforços e de punições, de prêmios e castigos, como também por meio da observação dos comportamentos de pes-

soas reais ou simbólicas. Aprende-se a ser homem e a ser mulher através de como se viu e se ouviu comportarem-se, ou de como se intuiu sentirem pessoas simbolicamente criadas através da imagem e do som. A importância, e consequentemente a responsabilidade destas imagens criadas é ainda mais acentuada quando se sabe que ao propagarem modelos de sentimentos, atitudes e comportamentos, os meios de comunicação atuam como freios ou motores de mudanças sociais. (...)

Todos os estudos concluem, de forma repetitiva e indignada, que a imagem dos papéis sexuais apresentada pelos diferentes meios de comunicação, é estereotipada, discriminando acintosamente a mulher. Ao homem são reservadas as imagens de conquistador e de profissional, à mulher são atribuídos principalmente os papéis de sedutora, de dona de casa e de mãe.

Fúlvia Maria de Barros Mott Rosember. *Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. CPI da Mulher*. Brasília: Senado Federal, 1978, p.75.

Quantas dessas questões do passado permanecem hoje em dia? Vale lembrar-se das redes sociais, das imagens que circulam na internet e chegam, segundo a segundo, aos celulares, alimentando novas e antigas reproduções de papéis femininos.

Outra história pouco contada nas escolas é a dos migrantes nordestinos que chegaram a São Paulo nas décadas de 1950 de 1960, acompanhando o crescimento industrial e urbano da cidade. Poucas pessoas sabem sobre as dificuldades vividas nas viagens e como conseguiram sobreviver longe de casa. Quem conta algumas dessas histórias é a geógrafa Ely Souza Estrela, na sua dissertação de Mestrado, *Os sampeuleiros: cotidiano e representações*.

Ela conta como muitos migrantes recém-chegados eram encaminhados para a Hospedaria dos Imigrantes. Lá, eram verificadas a documentação, as condições de saúde e questionados sobre o local para onde queriam seguir. A exigência da documentação consistia em um problema. Os pequenos e isolados municípios do interior do Brasil não contavam, naque-

la época, com cartórios de registro civil e isso dificultava que a população tivesse registro de nascimento. Desse modo, naquele tempo, muitos brasileiros viviam sem saber ao certo a data de seu nascimento. Assim, muitos só foram registrados quando atingiram a maioridade.

O deslocamento até São Paulo era feito por conta própria. Um migrante arrastava o outro e assim sucessivamente. Isso era necessário porque a luta pela moradia e pelo emprego era difícil e penosa, exigindo do recém-chegado habilidades que muitos não traziam consigo. Ely conta, por exemplo, que os recém-chegados sentiam uma espécie de abismo entre o mundo que deixaram e o novo mundo que agora lhes cabia conhecer e dominar. Enfim, tudo era estranho ao recém-chegado. Tudo lhe causava assombro e insegurança. A vida no novo ambiente causava também medo e incerteza. Medo do desconhecido. Medo do desa-

certo. Medo da perdição. Medo da fome. Vergonha de retomarem em condições muito piores do que quando partiram. Se na chegada não encontrassem o parente ou amigo que se havia comprometido a buscá-los no ponto de desembarque, ficavam completamente desorientados e se sentiam como que órfãos. E muitos eram vítimas de roubos nas estações de embarque e desembarque. Para começar a vida na cidade, dependiam assim da experiência daqueles que vieram antes. De modo solidário, eles ajudavam os recém-chegados a conseguir moradia e trabalho.

Diante das inúmeras questões cotidianas, é importante saber que a história admite muitas e outras histórias. A diversidade de histórias democratiza o passado, escancarando aquelas que não têm sido contadas. Podem tornar plural o passado para o presente também ser plural.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 222 – 232. (Obras escolhidas, v. 1).

ESTRELA, Ely Souza. **Os sampauleiros cotidiano e representações**. São Paulo: EDUC/FFLCH, 1999.

MAESTRI, Mário. **Cisnes negros: uma história da revolta da chibata**. Porto Alegre: FMC Empreendimentos e Editora Ltda, 2014. (Coleção Brasil República, 2).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 13 abr. 2021.

